

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

1.1 - Prestação de serviços de alarme monitorado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, com atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel, bem como de manutenções preventivas e corretivas das centrais de alarme, para atendimentos dos fóruns eleitorais do interior do estado do Paraná.

1.2 – Da vigência: 30 (trinta meses), contados a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser rescindido ou prorrogado, nos termos da Lei nº 8.666/93.

1.3 – Os serviços são prestados, atualmente, pelas empresas:

a) Região 1 e 6 – Amatec Amazonia Tecnologia E Sistemas LTDA – EPP, contrato com vigência até 10/12/2022.

b) Região 2, 3, 4, 7 e 8 – Promove Segurança Eletrônica LTDA – ME, contrato com vigência até 10/12/2022.

1.3 – Código SIASG: 14.826.

2 – DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

2.1 – Dos locais da prestação dos serviços: os serviços serão prestados nos Fóruns Eleitorais do Estado do Paraná, que foram agrupados em itens, conforme informado no Anexo I-A, podendo haver inclusões ou exclusões durante a vigência do contrato.

- a) **Item 1:** Fóruns Eleitorais da Região 1;
- b) **Item 2:** Fóruns Eleitorais da Região 2;
- c) **Item 3:** Fóruns Eleitorais da Região 3;
- d) **Item 4:** Fóruns Eleitorais da Região 4;
- e) **Item 5:** Fóruns Eleitorais da Região 6;
- f) **Item 6:** Fóruns Eleitorais da Região 7;
- g) **Item 7:** Fóruns Eleitorais da Região 8.

2.1.1 - A licitante poderá participar da licitação em quantos itens (regiões) tiver interesse, porém, está ciente de que deverá ter capacidade para atuar, simultaneamente, em todas regiões em que se sagrar vencedora.

2.2 – Do detalhamento do objeto: os Fóruns Eleitorais que compõem cada Região foram divididos em tipos (1 e 2), dependendo do serviço a ser realizado, conforme abaixo:

2.2.1 – Tipo 1 do Anexo I-A – Monitoramento para Fóruns que possuem o equipamento de alarme já instalado e pertencente ao TRE: o serviço compreende a revisão da central de alarme de propriedade do TRE-PR, bem como dos componentes acessórios, já instalados, o monitoramento, o atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel e as manutenções corretivas e preventivas.

2.2.2 – Tipo 2 do Anexo I-A – Monitoramento mediante locação de

sistema de alarme: o serviço compreende a instalação da central de alarme e componentes acessórios de propriedade da contratada, mediante locação, o monitoramento, o atendimento de emergência por meio de patrulhamento móvel e as manutenções corretivas e preventivas.

2.3 – Dos serviços e equipamentos:

2.3.1 - O serviço de alarme monitorado consiste no monitoramento remoto mediante utilização de centrais de alarmes monitoradas por sensores, ligadas a central de monitoramento, bem como, vistoria de pronta resposta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta.

2.3.2 - Para atender ao item 2.2.1, a contratada deverá executar a revisão, reprogramação e configuração do sistema de alarme instalado em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do Gestor. O serviço de revisão consiste em uma inspeção ao estado geral dos equipamentos - sinais e teste de funcionamento, além da carga da bateria.

2.3.2.1 – Caso seja detectada a necessidade de conserto ou substituição de peças, a contratada deverá emitir um laudo técnico especificando o problema, informando o custo dos serviços/peças e enviar, por e-mail, ao fiscal do contrato. O fiscal realizará pesquisa junto a 3 (três) fornecedores com o objetivo de confirmar se os valores informados pela contratada estão de acordo com o praticado no mercado.

2.3.2.2 - Na hipótese de não haver recuperação do bem, a contratação será continuada conforme item 2.2.2. Assim, a central, de propriedade do TRE-PR, deverá ser desinstalada por completo, ou seja, retirando todos os componentes e acessórios, tais como a central, sensores, baterias, teclado, módulo GPRS, etc. A central e seus componentes deverão ser embalados e entregues ao fiscal do contrato. Em hipótese alguma a central de propriedade do TRE deverá ser recolhida pela empresa.

2.3.3 - Para atender ao item 2.2.2, a contratada deverá fornecer todo o material necessário e instalar um kit de alarme, bem como, executar a sua configuração e programação, sem ônus para a contratante, em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do Gestor. Cada kit de alarme a ser fornecido incluirá, **no mínimo**, os seguintes componentes:

- a) 1 (Uma) Central de alarme GPRS;
- b) 1 (Um) Receptor Universal;
- c) 1 (Um) Controle;
- d) 1 (Uma) Sirene;
- e) 14 (Quatorze) Sensores Infravermelhos Passivo 30kg com Fio;
- f) 1 (Uma) Bateria Selada, compatível com a central e seus componentes;
- g) Fiação necessária.
- h) 2 (dois) botões de pânico FIXOS (para uso exclusivo quando necessário acionar a Polícia Militar).

2.3.3.1 - Na hipótese de haver central de alarme já instalada, **que não seja de propriedade do TRE**, esta deverá ser desinstalada por completo, ou seja, retirando todos os componentes e acessórios, tais como a central, sensores, baterias, teclado, módulo GPRS, etc. A central e seus componentes deverão ser embalados e entregues ao fiscal do contrato.

2.3.4 - No caso de fornecimento de peças no decorrer do contrato, cujo custo esteja a cargo da contratante:

- a) As peças/equipamentos adquiridas da empresa contratada e substituídas no sistema terão

como garantia mínima a indicada pelo fabricante e os serviços de instalação garantia de 03 (três) meses, contados do recebimento definitivo pelo gestor da contratação;

- b) A empresa deverá atender aos chamados do TRE durante o período de garantia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do comunicado do fiscal, sem qualquer ônus adicional, procedendo a substituição da peça defeituosa.
- c) Se constatado qualquer defeito/imperfeição dos equipamentos, durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar a correção no prazo de 2 (dois) dias úteis.
- d) A garantia dos equipamentos adquiridos será contra quaisquer vícios de qualidade e/ou defeito que vierem a ser constatados e que impeçam ou limitem seu uso antes do término do referido prazo.
- e) A obrigação de substituição do item coberto pela garantia será de responsabilidade da contratada, que deverá contatar o fabricante, se for o caso.
- f) Em todos os casos de entrega ou retirada dos materiais durante o período de garantia, os custos de transporte serão arcados exclusivamente pela contratada, sem qualquer ônus adicional para o TRE-PR.

2.3.5 - Das manutenções dos equipamentos de propriedade do TRE-PR

(Item 2.2.1):

- a) É de responsabilidade da contratada a manutenção corretiva do sistema, bem como a substituição das peças danificadas.
- b) As manutenções corretivas, em caráter de urgência, poderão ser realizadas fora do horário de expediente quando agendadas diretamente com o responsável pelo Fórum (fiscal do contrato) e autorização.
- c) Caso haja necessidade de substituição de peças na manutenção corretiva, a contratada apresentará ao responsável do Fórum um laudo técnico, com orçamento, para as providências de aquisição.
- d) Após receber o laudo técnico, com o orçamento, o fiscal deverá verificar se corresponde ao preço médio de mercado. Após análise o TRE-PR determinará a forma de fornecimento das peças, podendo ser por remessa de material em estoque, aquisição da contratada, ou, ainda, de outras empresas do mercado.
- e) Em qualquer um dos casos de substituição, caberá à contratada providenciar os serviços no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após a aprovação da execução dos serviços, sem ônus adicional ao contrato.
- f) Caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da contratada, esta deverá disponibilizar equipamento backup com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.
- g) No caso de aquisição de equipamentos da contratada, constatado qualquer defeito/imperfeição dentro do prazo de garantia, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do comunicado do respectivo fiscal do Fórum Eleitoral, sem quaisquer ônus adicionais à proposta.
- h) Havendo necessidade de execução de serviços não previstos no contrato, estima-se o valor de **R\$300,00 (trezentos reais)** para mão de obra durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral.
- i) Havendo necessidade de aquisição de peças e/ou componentes para reparos do sistema de alarme, estima-se o valor de **R\$500,00 (quinhentos reais)** para as peças durante a vigência do contrato, por fórum eleitoral.
- j) Os serviços de manutenção — inclusos no valor mensal pago à contratada, sem implicar em qualquer cobrança adicional — compreendem:

J1) Configuração de senhas para servidores.

J2) Programação e reprogramação da Central de Alarme.

J3) Ampliação e mudança de pontos de sensores.

J4) Serviços de substituição de peças e componentes.

2.3.6 – Nas manutenções dos equipamentos de alarme locados (item 2.2.2):

- a) É de responsabilidade da contratada a manutenção corretiva e preventiva do sistema, bem como a substituição das peças danificadas.
- b) As manutenções corretivas, em caráter de urgência, poderão ser realizadas fora do horário de expediente, após comunicação ao responsável pelo Fórum.
- c) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, quando houver necessidade de substituição de peças, sem ônus para o contratante.
- d) Caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da contratada, esta deverá disponibilizar equipamento backup com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.
- e) Efetuar manutenção preventiva, sem ônus para a contratante, pelo menos uma vez por mês, podendo ser presencial ou online. A manutenção online deverá ser precedida de comunicação ao fiscal do contrato.
- f) Serviços de manutenção, inclusos no valor mensal pago à contratada e não que poderão ter cobrança adicional:
 - f1) Configuração de senhas para servidores.
 - f2) Programação e reprogramação da Central de Alarme.
 - f3) Ampliação e mudança de pontos de sensores.
 - f4) Substituição de peças e componentes.

2.3.7 - Utilização da linha fixa do Fórum (backup):

- a) Poderá ser utilizada a linha telefônica do Fórum somente como Backup, sem necessidade de ressarcimento, desde que seja programada a operadora contratada pelo TRE-PR.
- b) Caso haja alteração da operadora, a contratada deverá reconfigurar o sistema para a nova operadora no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do responsável pelo Fórum.
- c) Todos os valores de pulsos efetuados por outra operadora, que não a contratada pelo TRE-PR, deverão ser ressarcidos pela contratada, mesmo após a vigência do contrato.
- d) Se houver falha no chip de transmissão de dados da central telefônica ou do aparelho de transmissão via rádio frequência para a central de monitoramento, e a transmissão ocorrer via backup (linha fixa do Fórum) a contratada deverá fazer o reparo em no máximo 48 (quarenta e oito) horas.
- e) Após o prazo previsto na alínea “d”, todos os valores de pulsos e ligações efetuadas, deverão ser ressarcidos pela contratada, mesmo após a vigência do contrato. Esse ressarcimento será comunicado à empresa pelo gestor, o qual enviará a GRU (Guia de Recolhimento da União) com o respectivo prazo para recolhimento aos cofres públicos.

2.4 – Do sistema de monitoramento:

2.4.1 - A central de alarme deverá permitir:

- a) A programação de senhas individualizadas.
- b) O registro eletrônico de todas as operações efetuadas pelos usuários registrados, tais como acionamento e desativação do sistema.
- c) Emitir sinal de disparo do alarme para as sirenes e para a central de monitoramento da empresa.
- d) Evitar “pontos cegos” aos sensores no ambiente (exemplo: portas e janelas)

2.4.2 - Deverá ser operada por pessoal especializado e funcionar no prédio da contratada.

2.4.3 - A comunicação da central de alarme com a unidade de operação da empresa deverá ser por via GPRS, com chip fornecido pela contratada, sem ônus à contratante.

2.4.4 - O operador do sistema deverá trabalhar em conjunto com o patrulhamento móvel, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas, incluindo sábados, domingos e feriados.

2.4.5 - O serviço de atendimento de emergência, por meio de patrulhamento móvel, deverá ser realizado por viatura devidamente identificada e por pessoas equipadas, treinadas e uniformizadas, com atendimento no prazo máximo de 15 (quinze) minutos do acionamento do alarme.

2.4.6 – A comprovação do atendimento de emergência deverá ser feito por registro fotográfico, que comprove a data e horário da visita, cujo relatório e foto (em formato PNG, JPG, JPEG ou BMP) deverão ser enviados ao Fórum no primeiro dia útil após a ocorrência, bem como quando solicitado, no prazo máximo de 2 (duas) horas após a solicitação.

2.4.7 - Quando da constatação da violação das dependências monitoradas, a contratada deverá contatar a polícia local, bem como o servidor do TRE-PR responsável pelo Fórum Eleitoral, além de assegurar a inviolabilidade das dependências até a chegada do servidor responsável.

2.4.8 - Os contatos dos servidores responsáveis pelos Fóruns deverão ser obtidos diretamente nos respectivos Fórum.

2.5 – Do recebimento dos serviços:

2.5.1 – O recebimento provisório relativo a cada cidade (de serviços, peças ou equipamentos) será realizado pelo fiscal do Fórum Eleitoral onde será feita a aquisição dos equipamentos e/ou instalação do sistema de alarme, mediante emissão de termo de recebimento provisório padrão deste TRE, de acordo com os seguintes itens:

- a) Verificação da entrega de manuais;
- b) Verificar se todos os equipamentos (central, teclado, sensores, etc) foram desinstalados antes da instalação da nova central, SE FOR O CASO.
- c) Atesto dos serviços realizados: teste de todos os sensores; teste da senha fornecida; teste de ativação e desativação da central.

2.5.1.1 - Feitas as verificações, será firmado Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal do Fórum Eleitoral, conforme modelo padrão adotado por este Tribunal.

2.5.2 - O recebimento definitivo será realizado pelo gestor do contrato, de acordo com os seguintes itens:

- a) Verificação de cumprimento do prazo;
- b) Verificação do Termo De Recebimento Provisório.

2.5.2.1 - Feitas as verificações, será firmado Termo de Recebimento Definitivo pelo gestor do contrato, conforme modelo padrão adotado por este Tribunal.

2.5.3 - A verificação da qualidade da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo IV).

2.6 – Da fiscalização e gestão da contratação:

2.6.1 - A gestão e fiscalização da presente contratação será realizada por servidores formalmente designados para tal fim.

2.6.2 - Nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao Fiscal:

- a) Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.
- b) Preencher o Termo de Recebimento Provisório quando da aquisição de equipamentos, substituição de peças e/ou instalação do sistema de alarme.
- c) Receber a Nota Fiscal enviada pela contratada e conferir se foi emitida com a glosa, se existir, imposta pelo Relatório de Falhas enviado para a empresa.
- d) Quando houver Processo Administrativo Digital (PAD) em trâmite colaborativo, após o recebimento da Nota Fiscal, incluir o Relatório e a Nota Fiscal, simultaneamente, no PAD e encerrar o trâmite colaborativo. Quando não houver PAD, enviar para o gestor do contrato por email.
- e) Comunicar à contratada via e-mail, carta ou ofício, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.
- f) Preencher o **Relatório de Falhas** (Anexo do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), parte integrante do contrato) e enviar, por e-mail, para a contratada, **até o quinto dia útil do mês seguinte ao da prestação do serviço**, a fim de que a contratada possa impugnar ou emitir a Nota Fiscal com o valor informado. O relatório poderá ser gerado por planilha eletrônica, ou outro meio, fornecido pelo gestor do contrato. O recesso do judiciário (art. 62, I, da Lei 5.010/66), que atualmente compreende o período de 20/12 até 06/01, não será considerado como dia útil para efeito do envio dos Relatórios do IMR, por parte dos Fóruns, e das Notas Fiscais, por parte das contratadas.
- g) Na ocorrência de manutenção corretiva ou serviços não inclusos no valor mensal do contrato, o fiscal deverá verificar no mercado a compatibilidade do orçamento apresentado pela contratada, vez que a autorização dos serviços dependerá da verificação da vantajosidade pelo TRE.
- h) Fornecer à contratada os telefones de contato para acionamento em caso de violação das dependências.
- i) Atender aos chamados da contratada nos casos de violação das dependências do Fórum e, se for o caso, acionar a área de segurança do TRE-PR.
- j) Receber e relacionar as peças substituídas pela contratada, a fim de proceder ao correto descarte, de acordo com procedimentos padronizados pelo TRE.
- k) **Orientar os servidores e funcionários que o BOTÃO DE PÂNICO somente poderá ser acionado quando necessário o acionamento da Polícia Militar via telefone 190.**
- l) Efetuar UM TESTE QUINZENAL de acionamento do alarme para verificação do funcionamento e do atendimento da contratada
- m) Efetuar **UM TESTE QUINZENAL** de acionamento do botão de pânico para verificação do funcionamento e do atendimento da contratada. Antes de efetuar tal teste, ligará para a empresa para avisar que se trata apenas de um procedimento de verificação e que a empresa deverá ligar somente para o fórum após o recebimento do aviso de pânico, e que não há necessidade da contratada ligar para a Polícia Militar.

2.6.3 - Caberá aos gestores:

- a) Receber e atestar mensalmente a nota fiscal/fatura, por Fórum, dos serviços de monitoramento de alarme, junto com o Relatório de Falhas encaminhado pelo fiscal, de acordo com o prazo contratual, encaminhando-a ao setor responsável da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE para pagamento.

- b) Receber e atestar a nota fiscal/fatura referente à aquisição de equipamentos e/ou instalação do sistema de alarme após verificação do Termo de Recebimento Provisório e preenchimento do Termo de Recebimento Definitivo.
- c) A abertura de processo (PAD) de fiscalização do contrato, por item (região).
- d) Orientar os fiscais da contratação.
- e) Realizar os procedimentos necessários à prorrogação do contrato, de acordo com a lei nº 8666/93.
- f) Analisar e encaminhar as reivindicações da contratada relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros e outros.
- g) Adequar o objeto contratual, caso necessário.
- h) Se for o caso, criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Coordenadoria de Segurança, Transporte e Apoio Administrativo, devidamente instruído com todas as informações pertinentes constante de formulário específico, anexando-se cópia da comunicação, referente à intenção de abertura de Processo Administrativo, com o respectivo comprovante de recebimento pela contratada.

3 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 – Do alarme monitorado:

- a) Configurar e programar o sistema de alarme com a central de monitoramento em, no máximo, 10 (dez) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério do Gestor contratual.
- b) Responsabilizar-se pelo funcionamento ininterrupto do sistema de alarme monitorado (todos os sensores em funcionamento), 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados.
- c) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do chamado, quando houver necessidade de substituição de peças.
- d) Efetuar a manutenção corretiva no prazo máximo de 2 (duas) horas, a partir do chamado, quando NÃO houver necessidade de substituição de peças, podendo ser realizada de forma online, se possível.
- e) Disponibilizar equipamento backup, com funcionamento pleno para não interromper o monitoramento, caso seja necessária a retirada do equipamento para conserto nas dependências da contratada. O equipamento backup deverá ser instalado no momento da retirada do equipamento defeituoso.
- f) Efetuar manutenção preventiva, sem ônus adicional para a contratante, pelo menos uma vez por mês, podendo ser online, desde que informado ao fiscal antecipadamente.
- g) Fornecer o chip para monitoramento via GPRS, sem qualquer ônus adicional à contratante. Caso no município de prestação dos serviços seja inviável monitoramento via GPRS, a empresa deverá realizar o monitoramento via Rádio frequência, com o fornecimento em comodato de 01 (um) aparelho de Rádio frequência. Apenas em último caso realizar-se-á monitoramento via telefone, com as devidas explicações acerca da impossibilidade das vias de comunicação anteriores, a ser submetida formalmente à apreciação e autorização prévia do gestor do contrato.
- h) Informar ao gestor do contrato (seseg@tre-pr.jus.br), e aos respectivos fiscais nos Fóruns, os números dos telefones que serão utilizados pela empresa para o recebimento dos disparos dos alarmes, a fim de atender 2.3.7.
- i) Efetuar o atendimento, por meio do serviço de patrulhamento móvel, no prazo máximo de 15 (quinze) minutos após o acionamento do alarme e efetuar o registro da ronda/visita por meio do dispositivo utilizado pela contratada para este fim.
- j) Contatar a Polícia Militar, e o servidor do cartório, na ocorrência de violação das dependências monitoradas, imediatamente após a constatação.
- k) Viabilizar a segurança das dependências monitoradas, em caso de violação, até a chegada

do servidor ou da equipe de segurança do TRE-PR, o que deverá ocorrer em, no máximo, 3 (três) horas após o acionamento.

- l) Reconfigurar o sistema para a nova operadora de telefonia dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o comunicado do Gestor do contrato.
- m) Disponibilizar ao fiscal uma senha que possibilite ativar, desativar, incluir e excluir usuários na central, no máximo até o primeiro dia útil seguinte à instalação do sistema.
- n) Acionar a Polícia Militar quando do **acionamento do botão de pânico.**
- o) Durante o **teste quinzenal de acionamento do botão de pânico**, ligar somente para o Fórum, e em hipótese alguma para a Polícia Militar.

3.2 – Dos relatórios gerenciais e outros:

- a) Enviar ao fiscal, por e-mail, relatório detalhado contendo usuário, data, hora e eventos, no prazo máximo de duas horas após a solicitação.
- b) Enviar ao fiscal, por e-mail, o relatório gerado pela manutenção preventiva, no prazo máximo de duas horas após a solicitação.
- c) Enviar ao fiscal, por e-mail, o relatório gerado pelo registro de ronda/visita, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a solicitação.

3.3 – Do pessoal da contratada:

- a) Providenciar que os funcionários da contratada apresentem-se ao fiscal portando identificação, quando em serviço.
- b) Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento durante o atendimento de emergências ou na operação do sistema sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Serviço Público.
- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos provocados ao imóvel do contratante causados por imprudência ou imperícia na execução dos trabalhos pelos funcionários da contratada.
- d) Responsabilizar-se por todos os danos causados pela inadequada instalação do sistema de alarme.

3.4 – Do encerramento do contrato:

- a) Desprogramar o sistema de alarme de propriedade do TRE com a central de monitoramento até o primeiro dia útil após o encerramento do contrato.
- b) Desprogramar o acionamento backup (utilização da linha fixa do cartório) até o primeiro dia útil após o encerramento do contrato.
- c) Retirar os equipamentos que pertençam à contratada até o quinto dia útil após o encerramento do contrato.
- d) Na hipótese de a empresa não retirar os equipamentos de sua propriedade, dentro do prazo do item 3.4.c, a nova empresa contratada providenciará a retirada dos equipamentos, que ficarão guardados no Fórum por 30(trinta) dias. Caso não sejam retirados neste prazo, a empresa fica ciente de que os equipamentos serão considerados “equipamentos para o descarte”, o que será providenciado pelo fiscal do contrato.

3.5 – Da sustentabilidade e da segurança no trabalho:

- a) A contratada deverá separar todo o lixo resultante das atividades, não deixando nenhum vestígio, para o descarte pelo TRE.
- b) A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.
- c) As peças substituídas de equipamentos de propriedade do TRE deverão ser entregues ao fiscal do contrato no respectivo Fórum Eleitoral.

3.6 – Das demais obrigações da contratada:

- a) Apresentar ao TRE-PR, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, a emissão e o recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços de instalação e manutenção junto ao CREA/PR.
- b) Manter em local visível placa indicativa de monitoramento 24h com o nome da empresa a partir do primeiro dia de funcionamento do sistema.
- c) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- d) Responsabilizar-se pelas despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- e) Manter atualizados os telefones e e-mail para contato do fiscal e do gestor do contrato.
- f) As solicitações do fiscal ou do gestor do contrato à contratada serão feitas, prioritariamente, por email e, na urgência, também por telefone. A data e hora (da ligação ou do e-mail) serão utilizadas para o computo dos prazos contidos no contrato.
- g) Eventualmente, caso haja mudança de imóvel, o serviço poderá ser prestado em outros prédios (próprios, cedidos ou alugados), porém, dentro do mesmo Município; e caso seja necessário, a contratada deverá desinstalar os equipamentos e instalar em outro local sem gerar ônus para a contratante.
- h) Eventualmente, caso haja ampliação de imóvel, poderá ser solicitada a instalação de novos pontos de monitoramento caso eles sejam necessários para manter a integridade do sistema de vigilância eletrônica do Fórum, com ônus para a contratante, exceto se for central de alarme locada.
- i) Apresentar ao Gestor da contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (anexo V), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral, conforme item 10.1 do edital.

4 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.

4.2 - A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.

4.3 - É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

5 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – Da vistoria prévia:

5.1.1 - As proponentes poderão realizar vistoria prévia, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decidam não a realizar.

5.1.2 - A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo,

futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever as condições da contratação.

5.1.3 - A vistoria prévia deverá ser agendada em dia útil, no horário das 12:00 às 18:00, entrando em contato com o Chefe de Cartório do respectivo Fórum Eleitoral.

5.2 - Após comunicação da Seção de Segurança Institucional-SESEG, o acionamento da Polícia Militar, relativo ao BOTÃO DE PÂNICO, **poderá** ser feito para a Assessoria Militar em telefone a ser informado posteriormente

5.3 - Dúvidas poderão ser sanadas com a Seção de Segurança deste TRE-PR, fone: (41) 3330-8937 e (41) 3072-4850 – email **seseg@tre-pr.jus.br**

5.4 – Para a comunicação entre o contratante e a contratada, tais como envio de Relatório, envio de Notas Fiscais, envio de contestações e de quaisquer outros assuntos a serem tratados com relação ao contrato, será priorizado o email.